



**ENAN  
PUR 2023**  
Belém 22 a 26 de maio



## **Invisibilidade da habitação precária em cidades do interior do Estado de São Paulo. Os desafios para o campo de atuação em ATHIS**

**Mariana Cicuto Barros**

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo (FAU USP)

### **Sessão Temática 05: Direito à cidade e habitação no Brasil**

---

#### **Resumo**

Este trabalho parte de investigações realizadas no âmbito de pesquisa de Pós-Doutorado em andamento junto a FAU USP e apresenta chaves de leitura que relacionam a precariedade habitacional em cidades do interior do Estado de São Paulo e a urgência em debater as práticas do campo da Assessoria e Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS) nesses territórios. A partir da análise de duas experiências voltadas para a constituição de uma rede de atuação no campo da ATHIS, promovidas pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo/SP em seis ocupações localizadas em cidades do interior do Estado de São Paulo, o artigo aponta para a invisibilidade da precariedade habitacional nas políticas urbanas e ações locais e também evidenciam a pouca interação da população com o campo da ATHIS e poder público, em que pese a existência de instrumentos jurídicos que asseguram o direito à moradia.

Palavras - chave: assessoria técnica; ocupações irregulares; movimentos de moradia; cidades pequenas e médias; política habitacional.

**Invisibility of precarious housing in cities in the interior of State of São Paulo. The challenges for the field of action at ATHIS.**

---

#### **Abstract**

This work is based on investigation carried out within the scope of Post-Doctoral research in progress at FAU USP and presents reading keys that relate housing precariousness in cities in the interior of the State of São Paulo and the urgency of debating the practices of field of Assistance and Technical Assistance in Housing of Social Interest (ATHIS) in these territories. Based on the analysis of two experiences aimed at the constitution of a network of action in the field of ATHIS, promoted by the Council of Architecture and Urbanism/SP in six occupations located in cities in the interior of the State of São Paulo, the article points to the invisibility of housing precariousness in urban policies and local actions and also show the little interaction of the population with the field of ATHIS and public power, despite the existence of legal instruments that guarantee the right to housing.

Keywords: Technical assistance; irregular occupations; housing movements; small and medium-sized cities; housing policy.

## **Invisibilidad de la vivienda precaria en ciudades del interior Estado de São Paulo. Los desafíos para el campo de acción de ATHIS.**

---

### **Resumen**

Este trabajo se basa en investigación realizada en el ámbito de la investigación de posdoctorado en curso en la FAU USP y presenta claves de lectura que relacionan la precariedad habitacional en ciudades del interior del Estado de São Paulo y la urgencia de debatir las prácticas de ámbito de Asistencia y Asistencia Técnica en Vivienda de Interés Social (ATHIS) en estos territorios. A partir del análisis de dos experiencias dirigidas a la constitución de una red de acción en el campo de ATHIS, promovida por el Consejo de Arquitectura y Urbanismo/SP en seis ocupaciones ubicadas en municipios del interior del Estado de São Paulo, el artículo apunta a la invisibilización de la precariedad habitacional en las políticas urbanas y acciones locales y también evidencia la poca interacción de la población con el campo de la ATHIS y el poder público, a pesar de la existencia de instrumentos legales que garantizan el derecho a la vivienda.

Palabras clave: asistencia técnica; ocupaciones irregulares; movimientos de vivienda; ciudades pequeñas y medianas; política de vivienda.

### **1.1 Interior paulista. Tensões entre o desenvolvimento e precariedade de moradia**

O processo de urbanização recente e de industrialização do interior paulista pode ser compreendido a partir da implementação de eixos rodoviários (TAVARES, 2018), que vão estruturar, ao longo do século XX, centros urbanos e de decisões regionais, sedes administrativas e polos regionais. As rodovias possibilitaram a articulação do poder público em descentralizar as atividades industriais presentes na capital do Estado e nas cidades de Bauru, Campinas, Ribeirão Preto, São José dos Campos e Sorocaba, que desde a década de 1920 concentravam grande parte dos empregos industriais do Estado.

Com o objetivo de distribuir o desenvolvimento econômico no interior paulista e dissolver a concentração industrial da capital do Estado, a partir da década de 1970 é consolidado um movimento de descentralização industrial que busca fortalecer a escala regional de administração e atuação política das cidades do interior do Estado de São Paulo. Nesse período, diretrizes de políticas nacionais e estaduais de urbanização incentivaram a criação de condições em cidades do interior paulista para a instalação de distritos industriais.

Nesse contexto, de acordo com Negreiros *et al.* (2015), os efeitos das ações do Estado provocaram o desvio da concentração da produção industrial, consolidando um movimento dessa atividade da capital de São Paulo para o interior, o que resultou no espraiamento da urbanização e na constituição da Macrometrópole Paulista, que incorpora o espaço territorial formado pelas Regiões Metropolitanas e Aglomerações Urbanas do Estado de São Paulo e por um conjunto de centros urbanos médios, que tendem a ampliar e intensificar a conurbação entre seus territórios, bem como o seu grau de articulação e integração funcional, com elevada influência do seu polo principal: o município de São Paulo .

Nesse cenário também é discutido e aprovado um importante instrumento de planejamento e gestão urbana, o Estatuto da Metrópole (Lei Federal nº 13.089, de 12/01/2015), que estabelece diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execução das funções públicas de interesse comum em Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e microrregiões, por meio de um Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) e outros instrumentos de governança interfederativa.

No entanto, os efeitos dos processos relacionados com “desenvolvimento urbano equilibrado no interior do Estado”, podem ser caracterizados como contraditórios: conflitos de escala, embates entre o desenvolvimento urbano e o meio ambiente e déficits de atendimento dos serviços públicos (TAVARES, 2018). Neste contexto também estão presentes as tensões entre a precariedade da moradia nas áreas urbanas e rurais e as situações que são mapeadas nos indicadores oficiais e planos urbanos, que não correspondem com a desigualdade social existente.

Nessa chave, destacam-se os aspectos relacionados à moradia para a população de baixa renda e regularização fundiária nas cidades do interior paulista como um campo fundamental de atuação e de reconhecimento no

escopo das ações do Estado. No conjunto de situações habitacionais precárias nesse território, a que representa maior urgência do reconhecimento e intervenção de políticas habitacionais são as ocupações por moradia - rurais e urbanas - com distintas características e formas de organização. Nesse contexto, essas ocupações caracterizam-se pela ausência total ou parcial de infraestrutura urbana básica e da qualidade da moradia, consolidando situações de precariedade habitacional que revelam a necessidade de regularização fundiária de modo a se promover o direito à moradia e o direito à cidade.

Aspectos relacionados à dimensão, localização, dinâmica de exclusão, características da população, tipologias, formas de moradia e estrutura organizacional do poder público revelam especificidades que diferenciam os arranjos das ocupações localizadas no interior do Estado daqueles presentes nas ocupações das grandes cidades e metrópoles. No entanto, essas distinções não alteram o papel das ocupações, que, em todo o país, servem como um instrumento de luta pela moradia digna. Caracterizam-se pela reivindicação do direito à saúde, transporte, educação, lazer, segurança jurídica de posse, disponibilidade de infraestrutura urbana, custo acessível, acessibilidade, boa localização, qualidade de moradia e da regularização fundiária.

Esse processo revela, na maioria das vezes, a reivindicação da luta pelo direito à moradia com maior concentração nos cenários metropolitanos e os instrumentos criados para minimizar os conflitos fundiários, como a Lei da Regularização Fundiária, tem o olhar mais direcionado para a realidade das grandes cidades e metrópoles. Na tentativa de ilustrar essas distintas dinâmicas, a recente pesquisa da Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais (IBGE, 2020) apresenta que, dos 645 municípios do Estado de São Paulo, somente 317 contam com programas de Regularização Fundiária e a maioria está concentrada em municípios entre 100 mil e mais de 500 mil habitantes.

Em que pese à existência de Planos Urbanos Regionais como o PDUI (Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado), de Programas Habitacionais Estaduais, como o Programa Estadual de Regularização Fundiária "Cidade Legal" (Decreto nº 52.052/2007), de indicadores sociais e urbanos, um conjunto de dispositivos relacionados aos processos de regularização fundiária e diversos estudos e pesquisas que tratam das carências habitacionais revelam os desafios na identificação da precariedade habitacional e na classificação das diversas situações existentes e seus desdobramentos e complexidades nas cidades do interior do Estado.

No contexto atual, as diversas situações de precariedade habitacional se acirraram ainda mais com os efeitos da crise econômica e sanitária decorrente da pandemia do Covid – 19, da instabilidade política do país e do desmonte de políticas habitacionais direcionadas para a população de baixa renda.

Essa breve perspectiva histórica aponta para a importância do papel do interior do Estado nos processos de urbanização, da interiorização paulista da indústria e seus efeitos no desenvolvimento econômico e social desse território. Além disso, se coloca como importante pano de fundo para análises e atuações que focam em processos demográficos e territoriais no nível dos municípios, uma vez que possibilitam iluminar um conjunto de interações multiescalares, inscritas em uma dimensão regional que marca as dinâmicas de cidades médias e pequenas do interior do Estado de São Paulo.

## 1.2 Desafios para o campo de ATHIS

A invisibilidade dessas situações precárias de moradia provoca desafios no campo da Assessoria e Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS) no interior do Estado de São Paulo, visto que a atuação em ATHIS tem como foco contribuir no enfrentamento da precariedade habitacional em diversas situações (melhorias habitacionais, regularização fundiária, produção habitacional, formação política, jurídica e social, atuação em programas e políticas habitacionais) e está diretamente relacionada ao aprimoramento constante do contato com as situações reais das ocupações e dos vínculos com as suas organizações e movimentos de moradia.

A ATHIS pode ser definida como um campo de trabalho interdisciplinar em que entidades, grupos e coletivos atuam junto à população de baixa renda e movimentos de moradia na elaboração e/ou execução de projetos de regularização física, fundiária, social e jurídica através de processos participativos vinculados ou não com políticas habitacionais (LOPES, 2011; SANTO AMORE, 2016, CAMARGO; CICUTO, 2020). Dessa forma, no contexto do desconhecimento de ocupações precárias pelos indicadores urbanos e pelos diagnósticos de planos e programas urbanos, o trabalho junto às ocupações nas cidades do interior do Estado de São Paulo pode ser inviabilizado.

O percurso das assessorias e assistências técnicas pode ser apresentado a partir das experiências pontuais junto às populações que se organizavam em movimentos sociais no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo nas décadas de 1960 e 1970. Nesse quadro de experiências, desenvolveram-se debates acerca das dinâmicas de urbanização periféricas, as práticas participativas, a autoconstrução da moradia, a emergência dos movimentos sociais e a atuação dos arquitetos nesse processo (OLIVEIRA, 1972). Também compõe esse debate questões que buscam entender a organização da autoconstrução nos canteiros de obra conferindo ao mutirão uma dimensão emancipatória, um campo de experimentações na aparente desconstrução das práticas que conformariam a divisão do trabalho, e deslocariam as imposições provenientes da dinâmica da reprodução e acumulação do capital como as dimensões do trabalho ( BONDUKI;ROLNIK 1979).

Nos anos seguintes, com o reconhecimento e a influência das experiências uruguaias, outras experiências foram desenvolvidas e articuladas junto aos movimentos sociais para a formação de assessorias técnicas, no contexto de políticas habitacionais que não priorizavam a população de baixa renda. Foi somente no programa municipal Funaps Comunitário (1989-1992) que o grupo de arquitetos que já vinha na trajetória do trabalho junto aos movimentos sociais encontrou a possibilidade de atuar nesse campo da habitação em mutirão e autogestão, na medida em que o programa exigiu uma estruturação de organizações não governamentais na figura jurídica de sociedade civil sem fins lucrativos.

No entanto, em outra escala de interações, as assessorias técnicas encontraram retrocessos na postura do governo do Estado de São Paulo desde o início da década de 1990. Nesse período a construção em massa por empreitada global

tornou-se prioridade para a gestão e a proposta de atuação das assessorias técnicas e do mutirão autogestionado foi inserida de forma extremamente particular e ambígua nos programas estaduais (CICUTO,2019). Destacam-se os limites de atuação, sem a possibilidade de elaboração de projetos e participação de entidades sem vínculos com experiências anteriores aos movimentos sociais, sendo algumas inauguradas somente para a participação no programa. Além disso, foram estabelecidas novas normas para a contratação das assessorias técnicas, uma vez que os critérios então vigentes não permitiam a estrutura de organizações não governamentais (ROYER, 2007).

Na esfera federal o cenário também é restrito para esse campo de atuação e caracterizado por um período de “banho - maria” (MOREIRA, 2009). Após o fim do BNH, os projetos e programas habitacionais federais que permitiram a participação de assessorias técnicas tiveram caráter de projetos-pilotos, sem articulação permanente com os programas habitacionais vigentes e não resultaram em mudanças estruturais na política habitacional federal (CICUTO, 2019).

Após a extinção do Funaps Comunitário em 1991, foi somente entre 2001 e 2004 que as assessorias técnicas puderam continuar as ações com os movimentos sociais no âmbito municipal. Durante esse período, formaram-se novas assessorias como dissidências ou reinterpretações das assessorias já estruturadas (SANTO AMORE, 2004), com atuação no mesmo campo de trabalho e seguindo (em linhas gerais) a mesma estrutura jurídica.

Neste enquadramento e para além das experiências pontuais na esfera federal a partir da década de 1970, observam-se possibilidades de “unir forças” para reivindicar novas políticas e programas habitacionais federais junto às assessorias técnicas. Esses avanços são revelados a partir dos anos 2000 nas ações como o Projeto Moradia, Conselho das Cidades, Ministério das Cidades, Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e nos programas habitacionais Crédito Solidário e Minha Casa Minha Vida Entidades que possibilitaram, ainda que limitada, a participação das assessorias técnicas.

Em que pese às experiências e programas anteriores que continham a possibilidade ínfima de atuação e da Lei de Assistência Técnica 11.888/2008, a formulação dos programas não priorizaram esse campo de trabalho. Esses programas permitiram uma limitada participação e uma complexificação dos formatos organizativos e dos modos de atuação profissional, no que parece ser um amoldamento permanente das assessorias técnicas aos dispositivos operacionais e regimentos pertinentes a cada ação. Vale destacar que esses formatos não foram padronizados e as características locais, as possibilidades de arranjos entre os agentes irão interferir diretamente na forma de organização. Apesar dos programas possibilitarem a assessoria técnica como parte do processo, observa-se que não há em sua normativa orientação em relação ao formato e composição da equipe técnica.

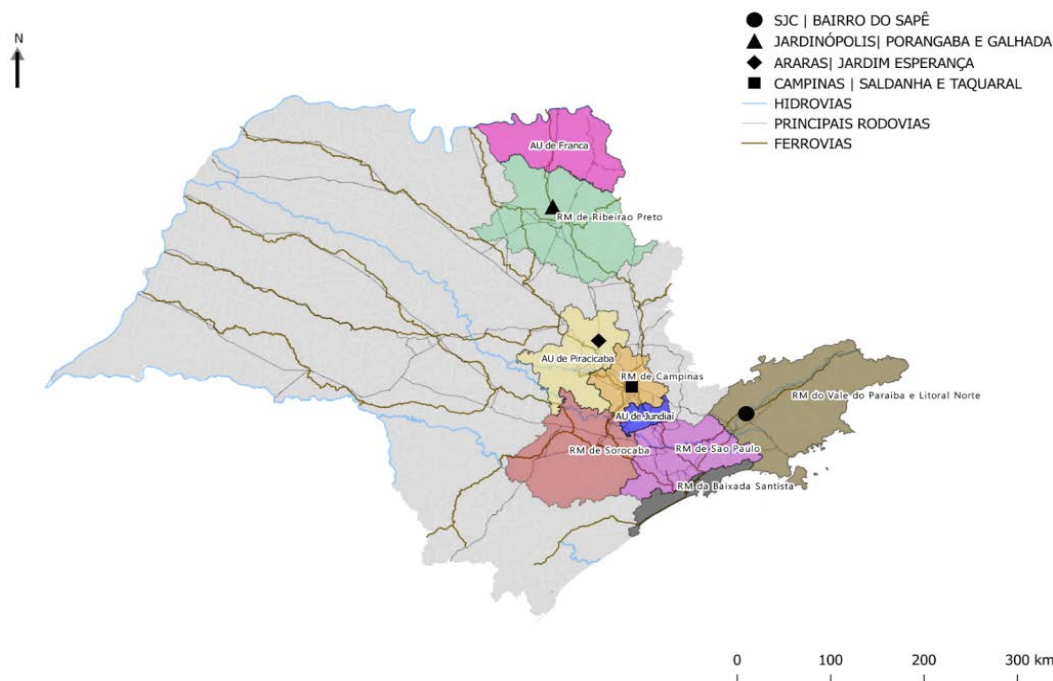
Esse processo revelou uma porosidade de configurações, arranjos e perfis de grupos técnicos que, em alguns casos, estão distantes do que foi construído nos percursos anteriores junto aos movimentos sociais na implementação de políticas participativas e de programas em regime de mutirão com autogestão, enquanto em outros há a manutenção dessas relações, não sem passar por reformulações (CICUTO,2019).

### **1.3 A invisibilidade da habitação precária a partir de duas experiências para o campo de ATHIS**

As novas configurações manifestadas nos referidos programas habitacionais apontam para a necessidade de provocar o debate das possíveis permanências e reformulações dos formatos e arranjos das assessorias técnicas no contexto recente de urgências imposto pelo desmonte de políticas e programas públicos habitacionais para a população de baixa renda associado aos efeitos da pandemia de Covid-19 nos territórios. Nesta chave, destacam-se duas experiências recentes no campo da assessoria técnica no âmbito de editais de patrocínio do CAU/SP em parceria com a Associação Projeto Gerações/FACESP na figura da entidade proponente, que buscou a formação e capacitação de arquitetos e arquitetas em cidades do interior paulista.

Em 2019, a Associação Projeto Gerações/FACESP (Federação das Associações Comunitárias do Estado de São Paulo iniciou a primeira experiência em parceria com o CAU/SP no desenvolvimento do curso “Estudos e Práticas em Assessoria e Assistência Técnica” (EPAATHIS) para estudantes e profissionais da Arquitetura e Urbanismo. O Edital 004/2019 previa o desenvolvimento de ações para a capacitação e aprimoramento de arquitetos e urbanistas em seis ocupações localizadas em cidades do interior paulista. A segunda experiência foi realizada em uma das seis ocupações que tiveram a atuação dos arquitetos e arquitetas do curso EPAATHIS. O desenvolvimento do Projeto “Práticas em ATHIS - Constituição de um campo profissional no interior do Estado de São Paulo - Ocupação Jardim Esperança (Araras/SP)” no âmbito do Edital 006/2020, no ano de 2021 possibilitou a contratação de 30 arquitetos e arquitetas para a elaboração de projetos arquitetônicos e urbanísticos para contribuir com a regularização fundiária da ocupação.

O curso EPAATHIS teve duração de 7 meses e foi voltado para a capacitação de profissionais da arquitetura e urbanismo com o desenvolvimento de atividades teóricas e práticas sobre 6 ocupações organizadas e com apoio das FACESP localizadas em municípios do interior do Estado de São Paulo: Araras, Campinas, São José dos Campos, e Jardinópolis. O curso foi dividido em três módulos, os dois primeiros com aulas teóricas conduzidas por professores, profissionais que atuam em assessoria técnica e movimentos de moradia. No terceiro módulo foram realizados levantamentos e análises de dados sociodemográficos e territoriais, bem como visitas técnicas nas ocupações. Foram 186 participantes inscritos e divididos em 12 grupos de trabalho, que realizaram diversas atividades práticas, como visitas, entrevistas, caracterização do território, oficinas, levantamentos de dados, diagnósticos e elaboração do requerimento de regularização fundiária (REURB-S).



**Figura 1:** Localização das 6 ocupações no Estado de São Paulo nos municípios de Araras, Campinas, São José dos Campos, e Jardinópolis. Fonte: (Elaborado pela autora,2020).

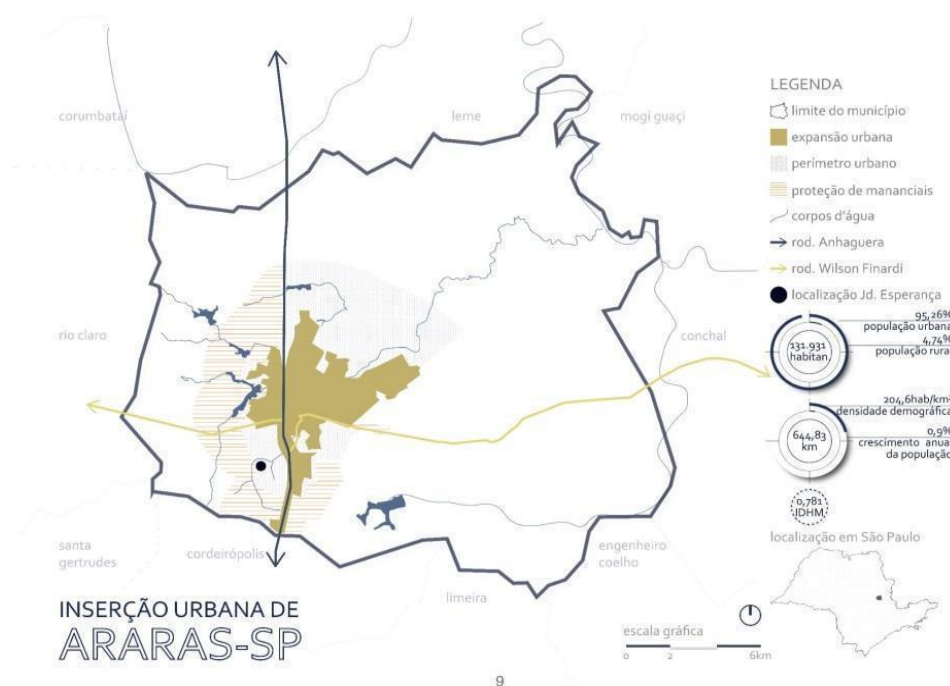
As atividades desenvolvidas pelos grupos buscaram descrever as situações reais de cada ocupação tomadas como objeto de análise e de prática no curso, e, conjugadas com as aulas teóricas, compreender os elementos necessários e os entraves existentes para a efetivação do processo de regularização fundiária. Os resultados obtidos, assim como a produção de um documentário sobre as seis ocupações,<sup>1</sup> revelaram a invisibilidade das formas precárias de moradia que confrontam os indicadores positivos de infraestrutura urbana, relacionados à vulnerabilidade social como efeitos de estratégias vinculadas a planos regionais de desenvolvimento, em perspectiva histórica, que consolidaram a importante rede constituída por cidades médias e pequenas organizadas em Regiões Metropolitanas e Aglomerações Urbanas no interior do Estado de São Paulo.

O Projeto “Práticas em ATHIS. Constituição de um campo profissional no interior do Estado de São Paulo. Ocupação Jardim Esperança – Araras/SP” buscou dar continuidade ao trabalho desenvolvido no Curso “Estudos e Práticas em Assessoria e Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social” (EPAATHIS). Como parte dos resultados importantes do curso, destacamos a constituição de uma rede de profissionais, em geral jovens arquitetos e estudantes de últimos anos de curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo presentes em instituições de ensino públicas e privadas, sobretudo do interior do Estado de São Paulo, que segue ativa e atenta às situações de vulnerabilidade



e precariedade habitacional das 6 ocupações reveladas durante o curso.

A ocupação Jardim Esperança, objeto do Projeto Práticas em ATHIS, foi uma das seis ocupações que tiveram a atuação dos arquitetos e arquitetas do curso EPAATHIS. Localizada no município de Araras (Estrada Municipal KM 446), constitui-se situação exemplar de tipologia precária de moradia presente em boa parte do interior do Estado de São Paulo. A ocupação teve origem em 2011 e se desenvolveu ao longo de 7km, em área rural, próximo à linha férrea que conecta os municípios de Araras e Cordeirópolis.



**Figura 2:** Localização da ocupação Jardim Esperança (Araras, SP). Fonte: Projeto Práticas em ATHIS, 2021

O Projeto Prática em ATHIS, através dos diversos projetos e documentos elaborados pela equipe de 30 arquitetos e arquitetas, contribuiu de maneira essencial para a continuidade do processo de Regularização Fundiária da ocupação. Com duração de 5 meses, a equipe entregou para a Prefeitura de Araras os projetos necessários para a instauração do processo de REURB e, para os moradores, os projetos das moradias (projetos de reforma ou moradia nova) e das áreas comuns e de lazer.

Entre os resultados, aponta-se que todos os produtos desenvolvidos (diagnósticos, projeto de urbanização, projetos de áreas comuns, projetos de reformas de moradias e projetos de novas moradias) contribuíram para a publicação do Decreto Municipal nº 6.933/2021 que instaurou o processo de Regularização Fundiária de Interesse Social (REURB-S) na ocupação Jardim Esperança.

#### **1.4. Reflexões no cenário de ressignificação das assessorias técnicas**

São entendidas como resultados, em ambos os projetos, a invisibilidade das situações reais das ocupações que conjugam a precariedade habitacional lida a partir da ausência total ou parcial de infraestrutura urbana básica e qualidade da moradia, a necessidade do aprimoramento no diálogo com o poder público, a aplicação de distintas metodologias, os desafios na transmissão do conhecimento técnico no processo participativo e nos limites da ATHIS na formação política das ocupações.

Apesar das dificuldades para a realização de trabalhos de campo devido às restrições da pandemia do Covid – 19, as duas experiências permitiram o fortalecimento, a aproximação e o conhecimento do campo da assessoria técnica para os estudantes e profissionais da arquitetura e urbanismo, para os moradores das ocupações e para os movimentos sociais do interior paulista. O desenvolvimento das ações, a partir da divisão dos participantes em grupos, possibilitou contatos diretos com as ocupações e em alguns casos, a formação de vínculos entre os participantes, resultando na formalização futura de novos grupos de assessorias técnicas.

A condução das ações refletiu o esforço da entidade proponente e da coordenação na elaboração de conteúdos, metodologias e produtos. Os desafios estavam presentes durante todo o processo, como vislumbrar métodos para lidar com as distintas realidades das ocupações, prazos de execução e com uma significativa quantidade de participantes com ou sem vínculos anteriores com o campo da assessoria técnica. Nesse cenário, os grupos de arquitetos e arquitetas envolvidos nos trabalhos junto às ocupações enfrentaram desafios no diálogo com o poder público, na aplicação de distintas metodologias, na transmissão do conhecimento técnico no processo participativo e nos limites na contribuição para a formação política das ocupações.

A busca da compreensão e análise das configurações do campo da assessoria técnica, no contexto das iniciativas dos editais de patrocínio do CAU/SP, a partir das duas experiências é relevante, assim, por apresentar alguns limites estruturantes relacionados aos aspectos normativos que levam ao aprimoramento das ações e possíveis ressignificações dos princípios que caracterizam essa prática desde a década de 1960. Do ponto de vista da estrutura dos editais, o modo de operação das experiências aparece ancorado nos limites de recursos orçamentários, no prazo de execução, os objetos determinados em cada edital e nos critérios para seleção dos participantes dos projetos e das entidades proponentes.

O perfil das entidades proponentes também vai influenciar a configuração, os processos e os métodos dos projetos. No contexto geral dos editais, identificam-se alguns perfis, a partir da composição do quadro técnico e personalidade jurídica, formatos que guardam referências, alterações e permanências nas experiências históricas em assessorias técnicas e novas configurações que se aproximam de práticas participativas. Nesse quadro, parece importante assinalar as especificidades locais, as dinâmicas de exclusão, os processos recentes de reconfiguração espacial dos territórios no interior paulista, as formas de articulação dos movimentos sociais, as características da população, tipologias, formas de moradia e estrutura organizacional do poder público local.

Esses aspectos revelam especificidades que diferenciam os arranjos do trabalho no campo da assessoria técnica das ações pioneiras e inseridas nos programas habitacionais, principalmente aquelas localizadas nas metrópoles e centros urbanos. De um modo geral, as características que atribuímos às assessorias técnicas podem ser relacionadas com elementos presentes nas experiências desde a década de 1960, que precederam as políticas habitacionais para a população de baixa renda. Neste quadro, entendemos como principais fundamentos do trabalho das assessorias técnicas os desafios de transmitir conhecimento na assimetria entre os grupos técnicos e a população, o ganho de autonomia coletiva nos processos autogestionários, articulação política e a ampliação de propostas acerca do espaço através da construção coletiva em vez da adesão de soluções técnicas preestabelecidas.

As questões que articulam esses fundamentos não são tratadas de forma hegemônica nos distintos contextos pelos grupos de assessorias técnicas. De todo modo, durante o desenvolvimento das duas experiências esses fundamentos estiveram presentes nos debates com os grupos, para que, diante das novas possibilidades de atuação no cenário junto ao CAU/SP, fossem reconhecidos os possíveis aspectos que levaram às alterações da prática no processo recente de formação de “novos assessores técnicos”.

### **1.5 Possibilidades de avanços na visibilidade das habitações precárias**

Nesse quadro de cidades e regiões do interior do Estado de São Paulo caracterizadas por indicadores positivos de qualidade de vida, sobretudo relacionados aos diversificados e dinamizados setores de atividades econômicas, é que, a partir da aproximação proporcionada por atividades de campo desenvolvidas no âmbito das duas experiências mencionadas, evidencia-se a expressividade da produção habitacional recente observada nas regiões do interior do Estado de São Paulo e, contraditoriamente, a invisibilidade das formas precárias de moradia das seis ocupações, descritas a partir das situações reais que compuseram o escopo das atividades das referidas experiências.

Neste contexto, apresentam-se algumas características importantes das seis ocupações que revelaram, em geral, situações similares relacionadas aos processos de constituição das ocupações envolvendo trajetórias pessoais de lutas e dificuldades: a ausência total ou parcial de infraestrutura básica e acesso a serviços públicos; a qualidade das moradias, sobretudo caracterizadas pela precariedade e provisoriedade inerentes à transitoriedade que também marca as trajetórias de vida dos ocupantes; os conflitos fundiários que mobilizam os moradores; o Poder Público e importantes agentes não-governamentais que atuam diretamente no desenho das legislações urbanísticas de ordenamento de uso e ocupação do solo; o pouco reconhecimento e identificação por parte dos moradores das ocupações com o campo profissional em ATHIS na Arquitetura e Urbanismo, apesar da existência da Lei 11.888/2008, a lei de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social.

No entanto, alguns aspectos que caracterizam especificidades das ocupações foram revelados a partir dos levantamentos de dados socioeconômicos e territoriais, das visitas técnicas, da ampliação do repertório sobre as ocupações e do campo de atuação de ATHIS, e do desenvolvimento de ações mais precisas para o desdobramento de processos de regularização fundiária. Ressaltam-se diferenças quanto à localização e inserção urbana, o acesso à infraestrutura,

categorias tipológicas, a relação com o poder público local e o campo de ATHIS, a experiência e trajetória das lideranças de cada ocupação, a situação jurídica das ocupações, os conflitos fundiários, os entraves para implementar a regularização fundiária e os processos participativos da associação com os moradores.

Dentre as seis ocupações analisadas, somente a ocupação Jardim Esperança, localizada em Araras, estava em condições mais ou menos avançadas para a instauração do processo de regularização fundiária. Anteriormente ao contato da ocupação com a equipe de ATHIS formada pelo Projeto “Práticas em ATHIS”, já se constata aproximações com a prefeitura para o desenvolvimento de importantes etapas iniciais do processo de regularização fundiária. A prefeitura havia elaborado um levantamento aerofotogramétrico com a vetorização de elementos importantes para um plano de regularização fundiária, a planta de identificação e localização dos lotes da ocupação e memorial descritivo. Algumas moradias já estavam mais consolidadas, executadas com alvenaria comum e necessitando de um conjunto de melhorias, mas a maioria dos lotes era ocupada por moradias com materiais improvisados, refletindo situações importantes de precariedade e insalubridade.

Neste enquadramento, que toma a situação da ocupação Jardim Esperança como um caso “vitorioso” dentre as realidades analisadas pelas experiências e a evidência da invisibilidade desse caso e das demais ocupações perante os planos urbanos e indicadores, percebemos a importância do desdobramento dos estudos realizados nas duas experiências.

O desenvolvimento da pesquisa de Pós – Doutorado amplia o recorte territorial para o mapeamento de ocupações organizadas por movimentos de moradia em cidades do interior do Estado. A partir do contato e parcerias em projetos e pesquisas anteriores com importantes movimentos sociais de luta por moradia que atuam em ocupações no Estado de São Paulo - União dos Movimentos de Moradia (UMM/SP) e FACESP - o processo de identificação e definição do recorte final é, de certa forma, facilitado, mas não sem descobertas de novas configurações, arranjos, entraves e situações inéditas.

Desse modo, a pesquisa em andamento aponta para o panorama da invisibilidade da precariedade habitacional nessa importante região do país - o interior do Estado de São Paulo - constituída por uma rede de cidades médias e pequenas organizadas, mais recentemente, em regiões metropolitanas e aglomerações urbanas. Também compõem essa trama, a identificação dos principais arranjos e perfis de atuação em ATHIS existentes nas cidades definidas no recorte espacial do interior do Estado de São Paulo.

O problema habitacional nessa região convive, contraditoriamente, com uma intensa dinâmica imobiliária sobretudo vinculada ao Programa Minha Casa Minha Vida e mais recentemente ao Programa Casa Verde Amarela. Além disso, as ocupações estão inseridas em contextos de conflitos e disputas que envolvem, por um lado, processos de espraiamento da mancha urbana, com produção de vazios urbanos e importantes implicações para o meio físico-ambiental, e, por outro lado, a pressão pela manutenção das áreas produtivas rurais.

Os atuais mapeamentos realizados em cidades do interior paulista, especificamente na região Noroeste do Estado de São Paulo, ainda em fase inicial de análise, já iluminam imbricamentos entre as dinâmicas de reestruturação territorial e os aspectos particulares de situações de precariedade

habitacional: aspectos territoriais, regularidade da terra, perfil das organizações sociais e o campo de atuação da ATHIS.

## 1.6 Considerações finais

Os aspectos analisados compõem pesquisas em andamento neste contexto mais recente de reconfiguração territorial do interior do Estado de São Paulo, cujos desdobramentos por sobre estas cidades e nas situações precárias de moradia apresentam particularidades na configuração sobre o território e influenciam diretamente a forma de atuação da ATHIS. O contexto recente revela tramas complexas que envolvem poder público, assessorias técnicas, novos sujeitos políticos, novas formas de organizações de movimentos sociais e do mercado imobiliário, com consequências complexas para o processo de reconfiguração de territórios, especialmente no interior do Estado de São Paulo.

Na perspectiva de chaves de leitura que relacionam a precariedade habitacional em cidades do interior do Estado de São Paulo, o vínculo com a atuação no campo da ATHIS e com o desenho operacional dos editais do CAU/SP, renova-se o desafio de reconhecer as alterações desses territórios frente a atuação de “novas assessorias técnicas” no interior paulista.

No que se refere aos desafios da invisibilidade das habitações precárias no interior do Estado de São Paulo, apresentam-se questões preliminares acerca da identificação e das relações entre ATHIS e a precariedade habitacional nas cidades do interior como política de Estado a partir da continuidade dos levantamentos e análises desenvolvidos a partir das duas experiências realizadas em parceria com o CAU/SP.

Nesse sentido, sobre as associações e organizações das seis ocupações presentes nos editais do CAU/SP, parece importante destacar o desconhecimento dos direitos garantidos na Lei da Assistência Técnica e desse campo de atuação dos arquitetos e arquitetas. As questões que se articularam com os grupos nas ocupações apontaram para a necessidade de fortalecer redes de assessorias técnicas nas situações precárias de moradia do interior paulista e combater a ausência e a fragilidade de mecanismos do poder público para a implementação de ações no campo da assessoria técnica junto aos movimentos sociais.

Em relação ao campo da ATHIS, o breve histórico do percurso das assessorias e assistências técnicas apresentados neste trabalho está relacionado, em grande parte, a existência desse campo de atuação nas metrópoles e centros urbanos e que possibilitaram a formação de um arcabouço teórico, prático e referencial de projetos de urbanização, novas moradias e melhorias habitacionais. No entanto, nas cidades médias e pequenas localizadas no interior paulista verifica - se os limites de interação das situações precárias de moradias com as ações realizadas ou organizadas neste campo.

No que se refere as experiências realizadas em parceria com CAU/SP, é possível concluir que, apesar da busca em fortalecer e fomentar as ações em ATHIS no interior paulista, ainda estão na margem da ação do poder público e podem ser lidas como práticas alternativas e pulverizadas no contexto de suspensão de políticas habitacionais. No entanto, são processos fundamentais na contribuição para promover a visibilidade das situações habitacionais precárias e para o debate acerca da assessoria técnica como política de estado a partir do reconhecimento de limites estruturantes, de novos arranjos e da necessidade da continuidade da atuação, mas não somente como processo

residual, virtuoso ou de resistência. Dessa troca de experiências entre os “novos assessores técnicos”, o poder público, a entidade proponente e o CAU/SP, espera-se o fortalecimento de laços e uma atuação mais capilar no território.

## Referências

BONDUKI, Nabil; ROLNIK, Raquel. “Periferias. Periferias: ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho”. **Cadernos de Estudo e Pesquisa 2**, São Paulo, Prodeur, Fupam, FAU-USP, 1979.

CAMARGO, Camila Moreno de; CICUTO, Mariana. “Assessorias técnicas no programa Minha Casa Minha Vida Entidades”. Novos conteúdos e arranjos para a autogestão habitacional no Brasil. São Paulo, **Arquitextos, Vitruvius**, ano 21, n. 243.01, ago. 2020.

CANO, Wilson. **Desconcentração produtiva regional do Brasil 1970-2005**. São Paulo, Ed. UNESP, 2008.

CICUTO, Mariana. **Experiências de assessorias técnicas em programas habitacionais. O Programa Minha Casa Minha Vida Entidades**. Santo André: UFABC (Tese de Doutorado), 2019.

LOPES, João Marcos. **Sobre arquitetos e sem-tetos: técnica e arquitetura como prática política**. Tese (Livre-docência) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2011.

NEGREIROS, Rovená.; SANTOS; Sarah Maria Monteiro dos; MIRANDA, Zoraide Amarante Itapura de. “Nova escala de planejamento, investimento e governança”. **Riurb. Revista ibero-americana de urbanismo**, n. 12, diciembre (p. 121-135). Barcelona, Buenos Aires, Palma de Mallorca: s. n. 2015.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. São Paulo, Brasiliense, 1972. (Seleção Cebrap, n.2).

PEQUENO, Renato. Favelização e desigualdades socioespaciais nas cidades médias brasileiras: Mudanças e tendências nas políticas habitacionais. In: *As cidades médias ou intermediárias num mundo globalizado*. Sanfeliu, B.C., Maria Encarnação Beltrão Esposito (Editora): Edicions de la Universidad de Lleida, 203-225, 2009.

ROYER, Luciana. “Mutirões desenvolvidos pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU) no município de São Paulo”. São Paulo, **Coleção Habitare - Habitação Social nas Metrôpoles Brasileiras**, 2007.

SANTO AMORE, Caio. **Lupa e telescópio: o mutirão em foco. São Paulo, anos 90 e atualidade**. Dissertação (Mestrado) – FAU-USP, São Paulo, 2004.

SANTO AMORE, Caio. “Assessoria e Assistência Técnica: Arquitetura e Comunidade na Política Pública de Habitação de Interesse Social”. **2o Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas – UrbFavelas**, Rio de Janeiro, 2016.

TAVARES, Jeferson. **Planejamento Regional no Estado de São Paulo. Polos, Eixos e a Região dos Vetores Produtivos**. São Paulo, Annablume, 2018.

---

<sup>1</sup> Documentário “Irregular” produzido durante o curso EPAATHIS. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=JR\\_88LyGUBU&t=84s](https://www.youtube.com/watch?v=JR_88LyGUBU&t=84s).